

## As associações e as revistas de contabilidade

*Hernâni O. Carqueja*

Prof. Associado Convidado da FEP

ROC nr. 1 (suspensão voluntária) e TOC nr .41

As associações profissionais que chegaram até nós como referências de afirmação duma profissão que então se organizou e ganhou visibilidade, datam da segunda metade do século XIX. Em cada país e circunstâncias as associações, e as qualificações conferidas aos seus membros, tomaram aspectos locais, sem entretanto perderem o nexo resultante do quadro histórico da época. No mesmo período surgiram revistas de contabilidade independentes além das ligadas às associações.

David Forrester, (2000:AI)<sup>1</sup>, anota que os profissionais contabilistas franceses que perderam privilégios com a Revolução Francesa teriam razão para ter inveja dos privilégios que foram adquiridos no Reino Unido durante a Inglaterra Vitoriana (1819-1901, reinado de 1837 a 1901). De facto na segunda metade do século quer na Escócia, quer na Inglaterra e País de Gales, apareceram primeiro associações locais e parciais, e depois associações com influência alargada, algumas resultantes da fusão de várias, que evoluíram até obterem o alvará real — *charter* — em que se baseia a designação “Chartered” dos seus associados, designação cujo prestígio profissional actual é testemunho suficiente para justificar esta opinião. Na Escócia o alvará da associação de Edinburgh, data de **1854**. Daí partiu a designação de Chartered Accountant (CA) depois adoptada no diploma real que, em **1880**, reconhece o **ICAEW** – Institute of Chartered Accountants in England and Wales.

O movimento associativo nos Estados Unidos da América do Norte não foi alheio à iniciativa de emigrantes escoceses e a designação de CPA – Certified Public Accountant foi reconhecida como lei no estado de Nova York em **1896**, depois foi progressivamente adoptada nos outros estados da União. Resultou na qualificação de “Certified Public Accountant (CPA)”, de prestígio também reconhecido.

Na área mediterrânica teve particular influência, quer pelo acolhimento recebido noutros países europeus, quer pela influência directa no Egipto e outros países do Norte de África, a “**Société Académique de Comptabilité de France**”, fundada em **1881**, que **depois foi designada “Société de Comptabilité de France**”, de que foi presidente Reymondin, e que se manteve como apoio da profissão em França durante um século, até inícios da década de 1980. A Société de Comptabilité de France publicou desde início, **1881**, um boletim trimestral. Cedo reconhecida como de utilidade pública, a esta instituição há que creditar eventos de contabilistas, programas e exames de qualificação.

---

<sup>1</sup> Forrester, David A. R. (www consultada em 2000), “*An Invitation to Accounting History*”, Strathclyde Convergencies, Glasgow. (Colectânea de escritos distribuídos pelos temas A. Accounting in various epochs, B. Managerial and Control Accounting, C. Theories and Schools, D. Works as listed; os artigos em cada tema tem numeração romana).

Brown (1968:281 a 301)<sup>2</sup> refere em especial os movimentos associativos em **Itália**, na **Holanda**, onde, em 1905, já havia quatro associações, na **Suécia**, na **Bélgica** (em 1903), na **França**. Gomberg<sup>3</sup> teria escrito, a partir de 1890, para uma revista de contabilidade editada em St. Petersbourg na **Rússia**, onde, a partir de 1895, publicou “La Comptabilité Industriel” Na **Itália** sobrevive a “*Revista Italiana di Ragioneria*”, revista que já completou os cem anos. Nos finais do século XIX aparecem em muitos países europeus, ou influenciados por estes, movimentos associativos e revistas de contabilidade

**Em Portugal não está feita a história do aparecimento e evolução dos primeiros movimentos associativos nem das publicações profissionais**, que surgiram desde finais do século XIX a meados do século XX, apesar da atenção que tem merecido a criação da Aula de Comércio ainda no século XVIII, em 1759. Entendemos, por isso, que é oportuno registar as referências que conhecemos.

Por alvará de 12 de Outubro de **1885** foi criada a **Associação Portuguesa de Contabilidade**. Confirmam a existência desta associação várias fontes.

António Álvaro Dória, em artigo numa série sobre a pessoa e obra de Ricardo de Sá publicados na Revista de Contabilidade e Comércio<sup>4</sup>, reproduz a seguinte passagem numa exposição preparada para ser entregue ao Rei, embora tenha acabado por não sair da Associação (os destaques não existem no original):

*“Por toda a parte, Senhor, na segunda metade deste século os Guarda-Livros reconhecem o que são e o que valem, e pretendem obter na sociedade o lugar que de direito lhes pertence.*

*Para esse fim criam as associações de classe.*

*Em Filadélfia forma-se a “The Book-keepers Association”, em Nova Iorque “The Institut of Accountants and Book-keepers”, na Inglaterra “the Institute of Chartered Accountants”, na França, além de outras “La Chambre Syndicale des Comptables” e a “La Société Académique de Comptabilité”, no Rio de Janeiro a “Associação dos Guarda-Livros”, em Madrid e Barcelona “Colegios de Tenedores de Livros”.*

*Em Portugal, obedecendo-se a este impulso civilizador, criou-se também a Associação Portuguesa de Contabilidade, modelada pelas associações congêneres estrangeiras e com o mesmo fim essencial; isto é a elevação do Guarda-Livros em face da sociedade moderna.”*

O próprio Ricardo de Sá (1912:154) escreve (ortografia da época):

*“Quando em 1884 formamos a Associação Portuguesa de Contabilidade, criamos n’ella um grupo denominado synhedrio, composto dos associados aptos para os cargos superiores da contabilidade, servindo para deliberar sobre todos os assumptos scientificos, e dedicando-se, entre outros, aos trabalhos seguintes:*

- *Abrir discussões e celebrar palestras e conferencias;*
- *Organisar e seguir escripturações;*
- *Fazer exames de escripta e dar os pareceres que lhe fossem pedidos pelos Tribunaes, corporações e particulares;*
- *Encarregar-se de todos os trabalho que dissessem respeito à profissão;*

---

<sup>2</sup> Brown, Richard A. R. (1968); “*A History of Accountancy and Accountants*”, Frank Cass & Co, Ltd; London; reedição em 1968 do livro de 1905; 460 págs.

<sup>3</sup> Delaporte, E. René (s/ data); “Léon Gomberg. Sa Vie – Son Oeuvre”; na introdução a “*La Doctrine de la Comptabilité et Les Méthodes Comptables*”; obra póstuma de Léon Gomberg; edição de Les Amies de Léon Gomberg; Paris, 136 págs.

<sup>4</sup> “*Ricardo de Sá em defesa dos Guarda-Livros*”, A. Álvaro Dória (1973:276), “*Revista de Contabilidade e Comércio*”, ano 1973, vol. XL, nº. 159, págs. 274 a 281.

- *Proporcionar aos commerciantes o meio de terminarem pela arbitragem qualquer questão commercial.*

*Esse grupo era composto:*

1. *De todos os associados que na ocasião fossem guarda-livros, chefes de contabilidade ou de escriptorio e empregados de Bancos, Companhias ou casas commerciais de grande movimento.*
2. *De todos os que tivessem o curso da antiga aula de commercio ou do moderno Instituto Industrial com 6 annos pelo menos de pratica.*
3. *Dos que tivessem 15 annos de tirocínio não interrupto em escriptorios commerciaes.*

*D'esses indivíduos a Associação formaria uma lista para expor na casa própria e nos Tribunaes, a fim de por ella se escolherem os árbitros, louvados, liquidatários ou peritos judiciaes.*

*Aqui esta o que nós queríamos há 27 annos, conseguindo ainda assim organizar o synhedrio e entregar a lista dos synhedristas ao douto e integérrimo juiz Vellez Caldeira, o qual ainda depois de morta a Associação, se servia d'essa lista para escolher por ella o terceiro perito nos exames para que tinha de o nomear.*

*A Associação Portuguesa de Contabilidade teve vida ephemera em consequência, segundo nos disseram, de restringir pelo seu estatuto o numero de synhedristas.*

*O que nós vimos é que os associados não frequentavam a Associação, convencendo-nos portanto de que entre os guarda-livros de Lisboa não estavam ainda sufficientemente desenvolvidos os princípios de confraternidade e solidariedade.*

*Poucos comprehendiam que só a alliança de esforços empregados poderia dar o resultado desejado.”*

A mesma associação só pode ser a referida por Brown (1905/1968:295) como “**Associação Portuguesa de Contabilidade**”, com o comentário de que nunca tinha adquirido influência (*standing*) e que, quando ele escrevia, ou seja 1905, tinha desaparecido há muito.

O testemunho de **Ricardo de Sá** parece-nos especialmente esclarecedor não só da **evolução então em curso** como da confirmação e características da associação criada em 1885.

Em **1894** existia a **Associação dos Empregados de Contabilidade** que em 1900 passou a ter a designação de **Instituto da Classe Commercial de Lisboa**. Em 1895 António Alves de Mattos, membro da Comissão Técnica da “**Associação dos Empregados de Contabilidade**” foi autor da “*Memória sobre a classificação das Contas Digráficas*”, folheto impresso na Tipografia Baeta Dias, Lisboa<sup>5</sup>. Expressamente refere que a Comissão Técnica “*ocupou-se . . . , no ano transacto. . .*”, texto que sugere que **em 1894 já existia a Associação** de que se intitulava “membro”. Em 1900, sendo editor Florindo de Assis Gonçalves e impressoras a Tipografia de Eduardo Rosa, rua da Madalena 29 e 31, Lisboa, foi distribuído o **Boletim da Associação dos Empregados de Contabilidade**. No texto faz-se referência a boletins distribuídos no mês de Novembro de 1899, contendo um projecto de remodelação e, em Outubro de 1900, outro que

---

<sup>5</sup> O exemplar em nosso poder contém uma dedicatória ao “Il.º Ex.º Snr. Rodrigo Afonso Pequito”. Pelo testemunho implícito sobre a existência da Associação transcreve-se o seguinte parágrafo de abertura: “*A associação da classe dos empregados de contabilidade ocupou-se nas últimas sessões da Comissão Técnica, no ano transacto, da classificação de contas de que o nosso prestigioso consócio e dedicado trabalhador o Sr. Ricardo de Sá, fizera previamente duas conferências na mesma associação. Tratado o assunto no seio da comissão, permitimo-nos divergir em alguns pontos da classificação apresentada pelo nosso distinto colega.*”.

continha o balanço do primeiro semestre. A redacção transborda de **amargura pelo desinteresse dos associados pela vida associativa**. Não obstante este número, **3 da II série**, indicar como data de edição o ano de 1899 o conteúdo prova que só foi distribuído em 1900. Na edição de Junho de 1900, foi publicado o número **4 da mesma II série**, fazendo parte deste um artigo subscrito pelo *Conselheiro, Ministro dos Negócios Estrangeiros e ilustre sócio de mérito Francisco António da Veiga Beirão*. Como director continua a ser indicado António Alves de Mattos. Em **1901** foi distribuído o **exemplar com os números 8 e 9 da II série** do “Boletim do **Instituto da Classe Comercial de Lisboa**”. Note-se que entretanto tinha sido aprovada a **mudança de designação**, conforme é noticiado, mantendo-se o mesmo director. Neste número mencionava-se a colaboração de “distintos homens de ciência” e de “antigos alunos do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa”<sup>6</sup>. Dele consta uma declaração do **Conselho Técnico** da “**Associação de Classe dos Guarda-Livros**”. Note-se que o ano de 1901 é também o ano da Lei das Sociedades por Quotas e portanto o reacender da chama associativa pode ter tido influências contextuais.

Face ao que foi anotado entendemos que esta associação foi referida por **Associação dos Empregados de Contabilidade**, e por **Instituto da Classe Comercial de Lisboa**, mas estranhamos a designação de **Associação de Classe dos Guarda-Livros** ligada ao Conselho técnico que, a não ser erro, não sabemos explicar.

A quebra de continuidade, em termos jurídicos e núcleo de associados, entre a Associação Portuguesa de Contabilidade (1885) e a Associação dos Empregados de Contabilidade (1894 ?) é testemunhada por Ricardo de Sá (1912:155) nos termos seguintes: “*Passados 10 anos, instigado por alguns colegas e julgando mais propícia a ocasião, por existirem novos elementos, cooperamos para se organizar a Associação de classe dos empregados de Contabilidade...*”. Na página seguinte escreve: “*Esta associação, exactamente como a primeira, teve pouca vida e depois disso nenhum outro tentamen houve no mesmo sentido*”. As iniciativas associativas seguintes foram as relativas à Associação dos Comercialistas Portugueses e, só em 1928, a Associação de Classe dos Contabilistas e Guarda-Livros do norte de Portugal, a que infra fazemos referência.

Faz parte da história do ensino da contabilidade em Portugal, o papel promotor que no início do século XX, em **1902**, foi desempenhado no Porto pela **Escola Prática Comercial Raul Dória**. Por esta escola foram editadas duas revistas. A revista “**O Guarda-Livros**”<sup>7</sup>, tendo como director Raul Dória foi distribuída desde Agosto de 1908 até Março de 1914. Os três primeiros volumes têm formato maior que o quarto. Consideramo-la como um dos melhores testemunhos do saber contabilístico em Portugal no início do século XX. Depois foi distribuída em 1916 a “**Revista de Contabilidade**”<sup>8</sup>. Só temos notícia de um volume.

De **1910 e até**, pelo menos, **1913**, foi publicada a “**Revista Comercial e Industrial**”, que, em 1913, acrescentou à designação “Portuguesa e Brasileira”. Esta revista editada em Lisboa, teve como director e proprietário Ernesto de Albergaria Pereira e, a atender

---

<sup>6</sup> Serve de base a este apontamento o “Boletim do Instituto da Classe Comercial de Lisboa”, n.ºs 8 e 9 – 2.º série, 1901, de que foi editor Florindo d’Assis Gonçalves e que foi impresso pela Typ. da Parceria António Maria Pereira, Beco dos Apóstolos, 11- 1.º Lisboa.

<sup>7</sup> Só observamos os volumes com os números já encadernados.

<sup>8</sup> Não vimos os números soltos, só o volume encadernado.

ao conteúdo dos números nossos conhecidos, não esteve ligada a associações. Embora mais focada no comércio publicou com frequência artigos sobre contabilidade<sup>9</sup>.

A “*Revista de Comércio*”, cujo primeiro número foi distribuído em 1914 e teve como director Moses Bensabat Amzalak, era propriedade da **Associação Académica do Instituto Superior de Comércio**<sup>10</sup>. Publicou-se pelo menos até 1916. Embora centrada no comércio, deu particular atenção ao ensino comercial, em especial ao superior, e publicou com frequência artigos relativos a contabilidade.

Em 1915 existia uma “**Associação dos Comercialistas Portugueses**” que publicava um boletim<sup>11</sup>. Do exemplar que conhecemos, nº II do ano I, não constam indicações sobre direcção ou edição; todavia anota-se que **um dos artigos é assinado por António Alves de Mattos, comercialista, Chefe da Contabilidade da Companhia Portuguesa de Fósforos**, portanto o mesmo nome do director do boletim da “**Associação de Classe dos Guarda-Livros**”. Anota-se ainda, agora pela evidência que traduz sobre o **prestígio do ofício de guarda-livros**, a qualificação profissional de outro autor: “**comercialista, guarda-livros da Junta de Crédito Agrícola e professor**”. A Associação dos Comercialistas, no nosso parecer, não veio a ter papel relevante na organização profissional dos contabilistas. **Aos comercialistas sucederam os licenciados em ciências económicas e/ou financeiras e ao comércio sucedeu a economia e as finanças como saberes de referência**. Mais tarde ganhou visibilidade a gestão. Esta associação deu **acolhimento aos contabilistas com curso superior**, denominado então Curso Superior de Comércio.

A “*Gazeta do Empregado de Escritório*”<sup>12</sup> foi distribuída em Outubro de 1925, tendo como director Bernardino Barreiros Godinho e teve a redacção e administração em Arraiolos (Alentejo). O director assinou artigos sobre contabilidade. Em Abril de 1927 foi distribuído o número 13 e, em Outubro do mesmo ano, o número 14, mas este em formato menor e com um editorial sob o tema “Recomeçar”, em que refere a suspensão de distribuição. Não temos mais elementos.

A “*Revista de Comércio e Contabilidade*”<sup>13</sup>, **apareceu em 1926**. Foi editada em Lisboa e só foram distribuídos seis números, tendo também sido efectuadas vendas de volumes com os números encadernados. É hoje uma raridade bibliográfica muito pretendida porque teve como colaborador em todos os números o **poeta Fernando Pessoa**. É particularmente citado o artigo “*Sobre a inutilidade dos conselhos fiscais*”. Outro foi **F. Caetano Dias**, mais tarde primeiro director da “Revista de Contabilidade e Comércio”.

Por alvará de **28 de Janeiro de 1928** foi constituída a “**Associação de Classe dos Contabilistas e Guarda-Livros do Norte de Portugal**”, cujos estatutos foram alterados em **21 de Março de 1933**, data em que passou a denominar-se “**Associação dos Contabilistas e Guarda-Livros de Portugal**”. Esta Associação, quase de seguida, deu lugar ao “**Sindicato Nacional dos Contabilistas e Guarda-livros do Distrito de Porto**”, cujos corpos gerentes foram eleitos em 1934, no seguimento de proposta da

<sup>9</sup> Foram observados os números de 1911 a 1913 em encadernação que pertenceu a José Henriques Garcia.

<sup>10</sup> Em 1914 só o Instituto de Lisboa tinha esta designação (desde 1911). No Porto só existiu Instituto Superior de Comércio a partir de 1918. Existem alguns números desta revista na biblioteca do actual ISEG.

<sup>11</sup> Existe colecção, infelizmente com faltas, na biblioteca do actual ISEG.

<sup>12</sup> Publicação referenciada com base nos nºs 1 de 1925, 5 de 1926, 13 e 14 de 1927.

<sup>13</sup> Fazem parte da pequena colecção de livros e revistas do autor, um conjunto encadernado e os números soltos 1, 2, 4 e 5.

extinta Associação. Além dos **sócios efectivos** (apenas no distrito do Porto), o estatuto do sindicato contemplava **sócios correspondentes**, o que lhe permitiu manter o âmbito nacional. Faz parte do relatório de 1942, que nesse ano foi recusada autorização para a constituição de um sindicato análogo de contabilistas e guarda-livros no distrito de Lisboa, tendo sido justificada a recusa com o entendimento oficial de que os contabilistas e guarda-livros deveriam ser enquadrados nos empregados de escritório. No mesmo ano, 1942, pretendeu o Sindicato de Porto estender a sua área de jurisdição aos distritos de Vila Real, Bragança, Guarda, Castelo Branco, Aveiro, Viseu e Coimbra, anotando na petição que **existiam sindicatom similares em Braga<sup>14</sup> e Viana**. Não temos elementos sobre o seguimento da petição mas as dificuldades associativas posteriores sugerem insucesso. Em 1943 o relatório que acompanhou as contas limita-se a registar que *“as circunstâncias graves que a nossa vida associativa atravessa são por demais conhecidas”*. Em **1944 o sindicato passou por grave crise** financeira. Todos os profissionais de contabilidade acabaram enquadrados nos sindicatos de Empregados de Escritório, devendo notar-se que dentro do sindicato de Lisboa os contabilistas constituíram um núcleo próprio especialmente notado quando dos projectos sobre normalização<sup>15</sup>.

A **“Voz do Comércio”**<sup>16</sup>, apresentada como **quinzenário dos Contabilistas e Guarda-Livros**, foi distribuída a partir de **1929**. Não temos informação sobre a vida desta publicação, podendo no entanto informar que, até Agosto de 1931 tinha boa qualidade quer de conteúdos quer de apresentação. Teve como director António Martins da Fonseca com a sua redacção e administração no **Porto**.

A **“Revista de Contabilidade e Comércio”** foi fundada em **1933** por **José Henriques Garcia**, tendo como **director, durante os dois primeiros anos, F. Caetano Dias**. Embora tenha registado faltas na distribuição, que nem sempre foi regular, **continua a publicar-se e completará em 2003 setenta anos e sessenta volumes**, correspondendo então a **240 números** publicados. Depois de Caetano Dias foram seus directores o fundador, José Henriques Garcia, depois Hernâni Carqueja, seguidamente Almiro de Oliveira e novamente Hernâni Carqueja a partir de 1993. É **revista de referência na academia de língua portuguesa e tem reconhecido acolhimento na academia de língua castelhana**.

Tendo como principais impulsionadores contabilistas formados pelo então ICL, actual ISCAL, muitos deles do grupo que já em 1937<sup>17</sup> tinha organizado a I Semana de Contabilidade, a **Sociedade Portuguesa de Contabilidade** foi criada em **1945** e reconhecida legalmente por alvará de Janeiro de 1946. Os contabilistas portugueses devem a esta associação a **representação e aparecimento em reuniões e associações**

---

<sup>14</sup> O relatório e contas do exercício de 1937, sob o título “Passeio Anual” na página 9, refere que o terceiro passeio, que não chegou a realizar-se então, estava programado para Braga na sequência de pedido do **Sindicato Nacional dos Contabilistas, Guarda-Livros e Empregados de Escritório do Distrito de Braga**. Admitindo que não houve erro nesta menção, observa-se que em Braga o Sindicato era o mesmo dos Empregados de Escritório, portanto sem a separação que existiu no Porto até 1944. Entretanto regista-se o título do sindicato de Braga.

<sup>15</sup> Servem de base a esta nota um folheto com os estatutos do sindicato e alguns relatórios de contas (anos de 1932, 1933, 1935, 1936, 1937, 1938, 1939, 1940, 1942 e 1943) da Associação (até 1933) e do Sindicato. Não conhecemos outros testemunhos escritos, designadamente os que permitiriam esclarecer a reorganização em 1944 do Sindicato do Porto e explicar o título do Sindicato de Braga, em 1937, e também Viana, em 1942. Deve ser registada a eleição, em 1943, de Salazar como sócio honorário pelo Sindicato de Porto, facto que pode indiciar tentativa, sem sucesso, de sobrevivência política.

<sup>16</sup> Só temos conhecimento de alguns números, o último de Agosto de 1931.

<sup>17</sup> De 16 a 22 de Dezembro, conforme notícia e transcrições da Revista de Contabilidade e Comércio de 1938.

**internacionais**, em que merece destaque a UEC — Union Européenne des Experts Comptables, Economiques e Financiers, além de inúmeras iniciativas de conferências e outros eventos, e a distribuição, embora com interrupções, de um boletim associativo. O reconhecimento internacional e a representatividade desta associação justificaram a existência de um representante na Comissão de Normalização Contabilística. Neste momento, em 2002, a Sociedade, que de facto é uma associação, continua a existir legalmente mas desde 1998 que não cobra as quotas aos membros<sup>18</sup>.

Não obstante estar fora do horizonte temporal deste trabalho, limitado até meados de século XX, entendemos dever registar ainda a distribuição do “*JTcE – Jornal do Técnico de Contas e da Empresa*”, a partir de 1968, portanto bem já na segunda metade do século. A sua distribuição regular continua no século XXI, sem falhas, sendo notável o papel aglutinador que tem desempenhado entre os contabilistas. O trabalho do seu director, **José Luís Lopes Marques**, é há muito um registo na história da defesa da actividade contabilística e dignificação dos profissionais. Depois da reforma fiscal dos anos sessenta, o associativismo e publicações dos contabilistas ganharam outro significado, que foi depois acrescentado pela aprovação do POC de 1977; mas o **JTcE** foi ainda fruto de iniciativa típica de pioneiros. No período seguinte, caracterizado pela normalização, é um actor e não uma resultante da evolução verificada.

Pensamos que **os movimentos associativos dos contabilistas e o aparecimento de revistas de contabilidade**, em especial desde o último quartel do século XIX, **devem ver-se em conjunto, pois traduzem a presença e importância crescente da profissão**, ao mesmo tempo que dão evidência sobre capacidade de iniciativa associativa. O seu adequado enquadramento implica recordar que no mesmo período se verificou adopção progressiva, pelos diferentes países, de leis em que o reconhecimento duma sociedade, designadamente as **sociedades por acções** e **sociedades de responsabilidade limitada**, deixou de ser objecto de apreciação caso a caso. É também do século XIX a profunda alteração financeira em que à **moeda representativa sucedeu**, na maioria dos países, a **moeda fiduciária**. Importa ainda recordar que foi nesse período que **a contabilidade ganhou dignidade na academia**.

---

<sup>18</sup> O autor é o associado com o número 954, mas desde 1998 que não procede ao pagamento de quotas por não conseguir comunicação, nem por carta nem por telefone.